

## actual 1

# EMPRESÁRIOS RECEIAM QUE GRIPE ACELERE FALÊNCIAS

■ ANA TOMÁS RIBEIRO

Os empresários portugueses temem que o agravamento da gripe A no País acelere falências de pequenas e médias empresas já em dificuldades por causa da crise. Se se confirmar o cenário traçado de 2,5 ou 3 milhões de infectados e houver uma concentração elevada de baixas nos meses de inverno, há portas que vão fechar-se definitivamente, quer nos sectores do comércio e serviços quer no da indústria. Quem o diz é o vice-presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, João Vieira Lopes, e o presidente da PME Portugal, associação representativa de mais de cerca de 6500 pequenas e médias empresas industriais, Joaquim Cunha.

Isto porque, ao fecharem as portas, as empresas não facturam e, ao mesmo tempo, têm de suportar os custos com os trabalhadores de baixa. A agravar a situação haveria ainda uma redução de toda a actividade económica, que afectaria desta forma as vendas em vários sectores.

Por isso, os empresários esperam que o Governo tome medidas para minimizar os prejuízos no caso de se confirmar uma concentração de casos de infecção pelo vírus H1N1 nos meses de Outono e Inverno. A reunião, marcada para sexta-feira, entre Governo e parceiros sociais é, por isso, essencial para os empresários se prevenirem.

Para já, João Vieira Lopes estima que, "perante um pico de pandemia, alguns milhares de estabelecimentos comerciais e de serviços

## Governo reúne-se com parceiros

O Governo e os parceiros sociais reúnem-se na próxima sexta-feira. Em sede de Concertação Social irão debater propostas que minimizem os custos para as empresas das baixas e faltas de trabalhadores por causa de uma eventual pandemia. De acordo com o Expresso, o Executivo prepara-se para alargar as condições da assistência à família aos casos de trabalhadores que fiquem em casa por causa da gripe. Na assistência à família, a Segurança Social assume o pagamento dos dias que os pais ficam a prestar apoio aos filhos doentes até aos dez anos.

poderão encerrar temporariamente as portas, por uma semana, e algumas centenas, já em dificuldades, não deverão reabrir".

Quanto às que fecharão temporariamente, João Vieira Lopes explica que isso só acontecerá em situações extremas, até porque não se vivem tempos de euforia na economia, bem pelo contrário. Mas como, das 200 mil empresas abrangidas pela confederação, a maioria não tem mais de cinco funcionários, e em muitos casos um deles é o empresário, se dois ou três dos funcionários forem infectados pelo vírus, e tiverem de ficar em casa de quarentena, não será viável manter o estabelecimento aberto.

Para minimizar os efeitos, a confederação defende que o Governo deve alargar o conceito de assistência familiar a casos de pessoas que tenham de ficar em casa por causa da pandemia, alargar a possibilidade de as empresas poderem recusar a prestação de trabalho — mesmo que o trabalhador se apresente ao serviço, por causa do risco para outros elementos — bem

como da suspensão do contrato de trabalho para situações em que as empresas sejam obrigadas a fechar (ver caixa ao lado). Além disso, espera que o conceito de calamidade seja correlacionado com a pandemia.

Por seu lado, Joaquim Cunha, da PME Portugal, prefere continuar a ter esperança que a situação não venha a verificar-se. Mas se houver "uma grande concentração de baixas em Outubro e Novembro por causa da gripe, teremos milhares de pequenas e médias empresas a encerrar as portas, sem conseguirem suportar esses custos. Em risco estarão dezenas de milhares de postos de trabalho", diz. A redução da actividade económica, por causa da gripe, seria desastrosa, adianta.

Em Abril, o director-geral da Organização Mundial do Comércio, Pascal Lamy, disse que a pandemia era "economicamente uma má notícia". E estimou uma queda de 10% no comércio mundial, o que, a confirmar-se, seria a maior redução nas trocas comerciais registadas desde há décadas. ■

**Pandemia.** Confederação do Comércio de Portugal estima que milhares de estabelecimentos fechem temporariamente as portas, como consequência de um pico de pandemia de Gripe A, e receia que centenas, dos que hoje já estão em dificuldades por causa da crise, não reabram. A PME Portugal acha que uma situação como aquela pode acelerar encerramentos na indústria

## O que patrões e sindicatos defendem

### SALÁRIOS GARANTIDOS

• É o que irá defender a CGTP. Os custos serão suportados pelo Estado e pelas empresas

### SUSPENSÃO DE CONTRATOS

• Defende a Confederação do Comércio, que se deve alargar a possibilidade de suspensão do contrato de trabalho, hoje já permitida, por causa da crise, a empresas que sejam obrigadas a encerrar por causa da pandemia de gripe

### CALAMIDADE

• A CIP — Confederação da Indústria Portuguesa e a Confederação do Comércio de Portugal defendem também que seja declarada calamidade, no caso de se verificar um pico de pandemia

### RECUSA DE TRABALHO

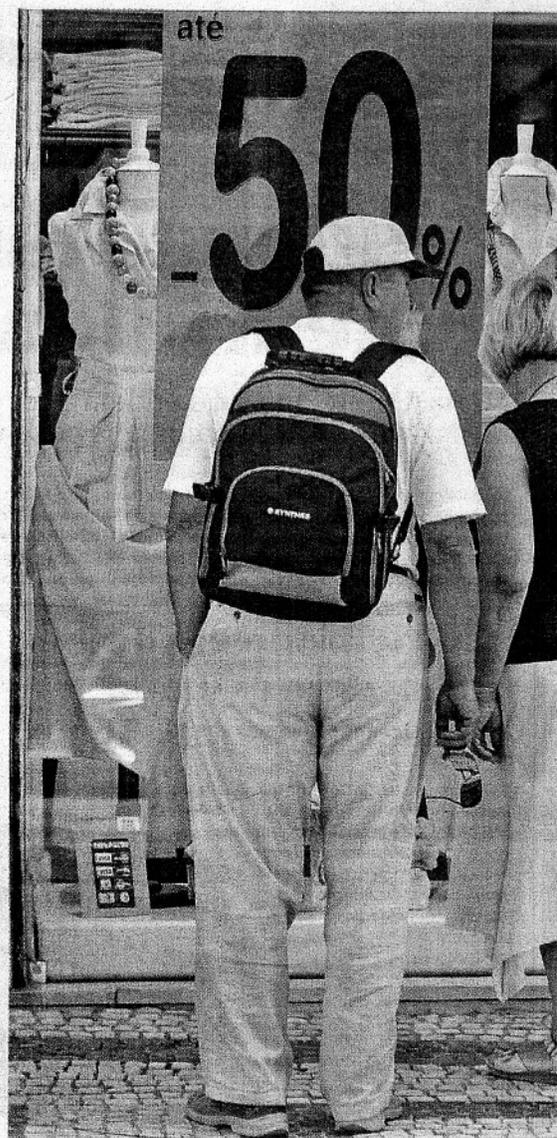
• A Confederação do Comércio defende ainda que seja alargada a possibilidade de recusa de prestação de trabalho em caso de epidemia. Assim, o que se pretende é que as empresas possam recusar a prestação de serviços por parte de um trabalhador, mesmo que este se apresente no local de trabalho, podendo assim evitar-se riscos de contágio, explicou ao DN o vice-presidente daquela estrutura associativa que representa 200 mil PME

## Portugal regista 140 casos e prepara novas medidas

Nas últimas 24 horas confirmaram-se dez novos casos no País, oito importados e dois por transmissão secundária. O Ministério continua a garantir não haver motivos para alarme

Nas últimas 24 horas foram confirmados mais dez novos casos de gripe A (H1N1) em Portugal. Oito pessoas importaram a doença e outras duas contraíram-na no País (transmissão secundária). Assim, desde o início de Maio, Portugal já registou um total cumulativo de 140 casos confirmados de gripe A. Mas algumas destas pessoas já "retomaram a sua vida diária, com normalidade", destacou o Ministério da Saúde no balanço diário que fez ontem da evolução da epidemia.

Os dez novos casos confirmados



de, que, apesar disso, já se está a preparar para uma mudança de estratégia no ataque à pandemia.

Assim, quando se verificarem mais de 100 novos casos por dia de infecção com o vírus H1N1, as análises individuais que hoje estão ser feitas no Instituto Ricardo Jorge deixarão de ser, passando apenas a realizarem-se a uma amostra de doentes. E a maioria das pessoas infectadas vai ser tratada em casa sendo aconselhada pelos médicos, em vez de ser canalizada para uma unidade de saúde de referência.

O tratamento em hospitais é para os casos mais graves, em que a infecção tenha desencadeado problemas respiratórios complicados ou outros. Em termos de informação, esta deixará de ser diária e apenas se revelarão as tendências de evolução da doença. ■

estão a ser seguidos por equipas de hospitais de Lisboa, Porto e Angra do Heroísmo.

Ainda assim, e de acordo com o comunicado do Ministério da Saúde, continua a não haver motivos para alarme. "Os casos de transmissão secundária e o aumento de casos importados eram previsíveis pelas autoridades de saúde pública, tendo em conta a evolução natural da epidemia. Não há, por isso, qualquer razão para alarme, mas sim para uma atenção redobrada", explica a nota do Ministério da Saú-